



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA SUL DE MINAS
Ata da 189ª reunião, realizada em 4 de novembro de 2024

1 Em 4 de novembro de 2024, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Sul de Minas (URC SM) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
4 membros titulares e suplentes: o presidente suplente Frederico Augusto Massote Bonifácio, representante da
5 SEMAD; Representantes do poder público. Marcelo Rodrigues Martins, da Secretaria de Estado de Agricultura,
6 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Juliane Oliveira de Miranda, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
7 Econômico (Sede); William Bahia Pimenta, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias
8 (Seinfra); Vitor Geraldo Jaques Teixeira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Volmir Maida de Siqueira, do
9 Conselho Regional de Biologia da 4ª Região (CRbio-04); Rodrigo Caldeira Grava Brazil, do Ministério Público do
10 Estado de Minas Gerais (MPMG); Joana Junqueira Carneiro, da Prefeitura Municipal de Varginha. Representantes
11 da sociedade civil. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
12 Gerais (Fiemg); Caio Sérgio Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
13 (Faemg); Ernesto de Oliveira Canedo Junior, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Demian Mendes
14 Lage, da Associação Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia das Águas - Área das Águas; Regina Célia
15 Fernandes Faria, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Ramon Madeira
16 Barbosa, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Hisaias de Souza Almeida, da Universidade
17 Federal de Itajubá (Unifei). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente
18 suplente Frederico Augusto Massote Bonifácio declarou aberta a 189ª reunião da Unidade Regional Colegiada Sul
19 de Minas. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado do Hino Nacional Brasileiro. **3)**
20 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Joana Junqueira Carneiro/Prefeitura de Varginha: “Eu gostaria
21 de obter um retorno sobre a moção que foi encaminhada nos primeiros meses do ano a respeito da necessidade
22 do levantamento faunístico primário na região. Recorrentemente, aparece aqui nos debates para a liberação de
23 pequenas supressões, e o Conselho já se manifestou, a URC já se manifestou que gostaria desse levantamento
24 primário. E eu gostaria de um posicionamento das entidades que receberam, se houve algum retorno a respeito
25 dessa moção.” Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Eu tenho a notícia da minha equipe de que a
26 moção foi encaminhada a quem de direito junto ao IEF, mas eu gostaria de ouvir também a equipe da Assoc,
27 tendo em vista que as moções também passam pela secretaria executiva, para que façam os devidos
28 encaminhamentos.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “Senhor presidente, eu até anotei aqui, porque é
29 uma demanda também que eu tenho junto com o IEF. O diretor-geral está em uma missão internacional e retorna
30 agora. Tão logo ele retorne, eu vou ter uma reunião com ele para podermos verificar o status dessa demanda.”
31 **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Foi feita exibição de vídeo gravado por Tiago Aroeira Marliere, da
32 Superintendência de Tecnologia da Informação, da SEMAD, com apresentação sobre a nova plataforma
33 meioambiente.mg.gov.br, que passa a abrigar todos os portais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e de
34 Recursos Hídricos (Sisema) do Estado de Minas Gerais. Felipe Brait Carneiro Gonçalves/SEMAD: “Se algum
35 conselheiro tiver alguma dúvida ou sugestão a respeito do novo site, estamos à disposição.” Presidente Frederico
36 Augusto Massote Bonifácio: “Eu tenho experimentado e me têm sido relatadas também, de maneira corriqueira,
37 instabilidades nesse novo site. Isso já é objeto de análise pela equipe da Tecnologia da Informação, existe um
38 prazo para que essas questões sejam resolvidas?” Felipe Brait Carneiro Gonçalves/SEMAD: “Senhor presidente,
39 pelo que eu saiba, a STI já tem ciência dessas instabilidades que vêm ocorrendo. Acredito que sejam problemas
40 decorrentes da migração, porque não foi abandonado nada para trás, nós trouxemos todos os dados anteriores,
41 que é o que o superintendente, no vídeo, Tiago, chama de conteúdo legado. Isso normalmente gera alguns
42 problemas. Se fosse construído zero, em branco, seria bem mais fácil, mas nós perderíamos todo o histórico. Mas
43 acredito que em breve deve resolver esses problemas, assim esperamos. Não tenho nenhum detalhe de prazo
44 para solucionar esse problema.” Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Correto, Felipe. Obrigado pela

pronta resposta. É interessante que deixemos isso também registrado, inclusive porque essa instabilidade tem sido experimentada por nós servidores. E como aqui é uma plataforma de acesso público é interessante que aqueles que nos acompanham também saibam que é uma dificuldade que nós também temos experimentado, mas que é natural desse tipo de plataforma e que tão logo será solucionado pela STI.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Senhor presidente, só complementando que a SEMAD, junto à STI, tem envidado todos os esforços para ter o mínimo impacto possível. Então estamos trabalhando. E nos colocar à disposição, enquanto Assessoria dos Órgãos Colegiados, para quaisquer dúvidas, informações, sugestões, dificuldade de acesso. Nós vamos colocar no chat o nosso contato, nosso e-mail, para que em caso de dúvida entrem em contato conosco. Mas estamos envidando todos os esforços para que a plataforma esteja rodando legal e para acesso a todos.” **5) EXAME DA ATA DA 188ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 188ª reunião da URC Sul de Minas, realizada em 1º de outubro de 2024. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, CRBio, MPMG, Prefeitura de Varginha, Fiemg, Faemg, Uemg, Área das Águas, Promutuca, Zeladoria do Planeta e Unifei. **6) PROGRAMA DIÁLOGOS COM O SISEMA: “PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)”.** **Apresentação: Diretoria de Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos (DPAI) / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Fabiana Gonçalves Moreira, da Diretoria de Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos, da SEMAD, fez apresentação sobre Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Minas. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta desta reunião, no portal do Meio Ambiente. Após a apresentação, dentro do programa ‘Diálogos com o Sisema’, foi aberto espaço para perguntas. Síntese das manifestações. Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Muito bom, Fabiana. Nós agradecemos este momento, este espaço e a sua disponibilidade. Enquanto moderador deste momento, eu estive pensando no que eu poderia contribuir com a sua fala e tentar conectar um pouquinho o PSA ao licenciamento ambiental, de fato. Porque, enquanto chefe da Unidade Regional, o expediente que protagoniza, que hegemoniza os nossos dias é o licenciamento ambiental. Então eu gostaria só de complementar a sua fala no sentido de que tanto o PSA quanto o licenciamento são mecanismos importantes de proteção ambiental e que existe uma relação direta entre eles. Talvez não a olho nu, mas podemos vislumbrar isso caminhando e que no futuro possa, de fato, ser um pouco mais evidente. E o PSA, como sendo um instrumento que busca incentivar preservação e recuperação ambiental, através desses incentivos financeiros que você colocou para nós, se mostra como ferramenta de gestão ambiental tanto quanto o licenciamento ambiental. Embora o processo de licenciamento seja um processo regulatório, que é exigido de empreendimentos potencialmente causadores de impactos ambientais. Eu estive estudando sobre alguns PSAs já vigentes em Minas Gerais e me deparei com o Programa Produtor de Água na Bacia do Ribeirão do Pipiripau, na região que faz divisa entre Distrito Federal e o Estado de Minas, que também é um programa que nasceu junto à Agência Nacional de Águas; o Projeto Olhos d’Água, na região de Montes Claros, São Francisco, Januária, uma iniciativa do governo também voltada para reparação de nascentes; o Projeto Conservar para Preservar, da Cemig, em Bacias Hidrográficas de interesse para geração de energia. Esse projeto é coordenado pela Cemig, oferece incentivos financeiros para proprietários rurais nessas áreas próximas a represas de usinas hidrelétricas; o projeto do PSA na Bacia do Rio das Velhas também, que é coordenado pelo Comitê da Bacia do Rio das Velhas; o Projeto Conservador das Águas, em Extrema, que, tal qual você nos mencionou, começou em 2005 e sempre foi focado em recuperação de áreas de preservação permanente e de nascentes, principalmente, e que visa também melhorar a qualidade e a quantidade de água na bacia do rio Javari, que sabemos que é um importante afluente no sistema Cantareira, enfim, que abastece a região metropolitana de São Paulo. E coincidentemente, neste ano – o Caio, conselheiro colega nosso aqui, vai poder compartilhar talvez um pouquinho conosco –, eu comecei a representar a FEAM junto ao Pró-Mananciais, que é um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, que é encabeçado e capitaneado pela Copasa, com a ajuda também de vários setores, inclusive a Faemg, através do Senar, com o grande apoio do Caio. As reuniões em que deliberamos alguns projetos e os rumos do programa acontecem, inclusive, no Centro de Excelência em Cafeicultura, cedido pelo Senar para que esse programa possa ser viabilizado, inclusive. Eu agradeço muito a sua participação, foi enriquecedora, Fabiana, e que a gente conecte, de fato, em alguns momentos no futuro, até de maneira normativa, o Pagamento por Serviços Ambientais, seja no âmbito de condicionantes ou de compensações, para que empreendimentos possam, de fato, compensar de uma maneira efetiva dentro do ponto de vista de participação na conservação e na recuperação ambiental.” Conselheiro Marcelo Rodrigues Martins/Seapa: “Parabéns pela apresentação. Eu trabalho na extensão há 29 anos, trabalho na Emater, em várias regiões do Estado. Já trabalhei no Leste, na região Norte de Minas e já há alguns anos aqui no Sul de Minas. E nós tivemos oportunidade, nesse período, de conduzir

pequenos projetos junto com entidades parceiras. O IEF foi parceiro em alguns desses projetos, a Universidade de Alfenas, no último desses projetos, e nós conseguimos a aprovação de um projeto de pequena monta, de setenta e poucos mil reais, para 12 pequenas unidades, que chamamos de unidades demonstrativas. O efeito não é de solucionar toda a dimensão do problema na propriedade, mas de divulgar algumas ações. Enfim, conseguimos pequenas áreas de cercamento de nascente, de replantio, de reforma de pastagens. E os aprendizados foram muito interessantes. O primeiro deles é que o produtor, com muita facilidade, entra com contrapartida da mão de obra, do cuidado, enfim, da implementação desses projetos. E recebe de muito bom grado algum tipo de insumo, seja para cercamento, seja para plantio, seja para reforma de pastagem. Então nós vimos um bom resultado. E para nossa surpresa o maior ganho, em boa parte desses projetos, em mais de 60% desses projetos, em poucos anos, a partir de dois, três anos, foi o aumento da produção de água dentro das propriedades. Temos projetos em São João da Mata, Carmo do Rio Claro, Alfenas, e vários desses locais relatando esse aumento expressivo e perceptível pelos produtores de nascentes, novos olhos d'água, enfim, uma coisa que não imaginávamos que ia ser tão rápido... Então eu acho que o projeto tem tudo para andar bem. Eu fiz algumas colocações, na hora que a Sofia compartilhou o link, e coloquei algumas sugestões, e uma delas é focar essa questão da água, que eu acho que é o que grita mais, cobrar dos produtores a questão da mão de obra, porque o projeto passa a ser dele também; acho que projetos grandes por propriedade não são a solução, e pequenos projetos bem montados eu acho que amplia o número de propriedades atendidas; e coloquei também um mensurador de impacto, e o governo já tem isso através de uma pesquisa conduzida pela Epamig, com participação de universidades, participação da SEMAD, através do IEF, Emater, que é o ISA - Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas, que se presta perfeitamente para poder comparar uma propriedade com ela mesmo em 'x' tempo depois de implementada algumas ações. Enfim, a ferramenta já existe, não precisa ser reinventada, não é perfeita, como acredito que todas as metodologias têm as suas falhas, mas poderia ser utilizada. Então fica como uma sugestão. E acredito que, como filho de produtor, agricultor familiar, e meus familiares, meus pais, parentes, nós sempre vimos a questão do Estado como um fiscalizador. Como extensionista, eu sempre tive a convicção de que o produtor não utiliza 95% da água produzida por ele e que a sociedade, sim, deveria arcar com algum ônus, devido àquele tanto de bônus que o produtor pode estar produzindo na propriedade. Eu acho que esse programa Pagamento por Serviços Ambientais vai nessa direção de remunerar o produtor pelo leite, pela carne e pela água, pelas condições ambientais produzidas na propriedade. Parabéns. Estou ansioso mesmo para poder estar participando desse projeto.” Fabiana Gonçalves Moreira/SEMAD: “Que bom, Marcelo. Obrigada por suas contribuições. Em relação ao ISA, nós usamos também, nessa ecologia da paisagem, o que trazemos a mais é como o Estado está hoje e como poderia ser se focarmos os esforços nessas áreas que são prioritárias. Então nós conseguimos enxergar, inclusive, para aquele município: ‘O que é prioritário aqui para mim, onde que eu vou trabalhar, vou trabalhar com corredores ecológicos ou está precisando só de recuperação de nascentes?’ Então ele traz um outro olhar mais prático para aquele projeto específico. Mas nós consideramos todo esse trabalho. Você trouxe vários exemplos que são bem interessantes. O Pró-Mananciais é parceiro nosso também. Nesse projeto que eu citei da Mantiqueira, estão em 21 projetos junto com a TNC. É um grupo gestor, é uma forma de ter um grupo ali cuidando desse assunto. E realmente a natureza responde muito rápido quando atuamos seja cercando uma nascente, seja fazendo o manejo adequado do solo, do pasto. Realmente, a resposta é muito rápida. Agradeço todas as suas contribuições e conto com vocês então na sua região para nos apoiar nesses projetos, que muito em breve espero que vários municípios tenham.” Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Para complementar, o Colmeia aqui da região de Varginha já trabalha na Bacia de dois ribeirões: ribeirão Santana e ribeirão dos Tachos. Com a construção das barraginhas, recuperação de estradas, cercamento de nascentes. E nós vemos que o engajamento dos produtores rurais na região é notório. E a participação nossa enquanto regularização ambiental no programa também teve um plus no sentido de proximidade e redução dessa distância muitas vezes entre produtor rural e o órgão ambiental, e encerrar algumas divisas que porventura ficaram no passado para que também pudéssemos ganhar nessa parceria, no sentido de implementar esses programas.” Conselheiro Hisaias de Souza Almeida/Unifei: “Fabiana, antes de mais nada, parabéns pela apresentação. Eu acho que foi bastante esclarecedora. Nós mencionamos esses projetos e tudo mais aqui com os nossos alunos na Unifei, e são realmente fantásticos os resultados que a gente vem observando ao longo do tempo. Aqui pertinho da gente tem Extrema, e é um bom exemplo. Mas como temos percebido a maioria dos projetos que vêm sendo instaurados de PSA são voltados para a produção de água, que é fantástico, que estamos precisando, ainda mais com essas mudanças climáticas e tudo. Porém, eu gostaria de saber qual é a

149 perspectiva que vocês teriam de um quadro um pouco mais amplo, como por exemplo o sequestro de carbono,
 150 que é tão falado, mas é muito difícil para um produtor pequeno, por exemplo, estar se adequando a ele, dentre
 151 outros. Você teria alguma perspectiva a respeito de outras temáticas de projetos de PSA para Minas?” Fabiana
 152 Gonçalves Moreira/SEMAD: “Sim. Nós temos esse Produtor de Água, que visa a produção de água, mas estamos
 153 trabalhando nesse Conservador das Gerais também, que é um pouco mais amplo do que isso, trabalha tanto a
 154 água quanto o solo, trazendo a restauração para ganhar escala mesmo nessa restauração, que é importantíssima
 155 também para a água. Então é um ciclo como um todo... O Estado, por enquanto, não está trabalhando na
 156 legislação do carbono. Esse assunto ainda é um pouco polêmico, mas nós temos vários parceiros que atuam com
 157 esse tema. Além da TNC, tem a CI, que também paga pelo carbono, e tem outros projetos pequenos que estão
 158 tentando, tipo startups, trazendo o pequeno produtor para ganhar escala também.” Em seguida, foram
 159 respondidas perguntas acerca da apresentação registradas no chat da reunião por pessoas que acompanharam
 160 via Youtube. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÃO**
 161 **AMBIENTAL E APROVAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DECORRENTE DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM**
 162 **ESTÁGIO MÉDIO OU AVANÇADO DE REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA LOCALIZADA EM ÁREAS**
 163 **PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, NÃO VINCULADO AO LICENCIAMENTO**
 164 **AMBIENTAL. 7.1) Leonardo Piccolotto Magalhães. Distrito de Monte Verde. Camanducaia/MG. PA/SEI/Nº**
 165 **2100.01.0046408/2023-36. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso**
 166 **alternativo do solo. Área Requerida: 0,0225 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0225 ha. Fitofisionomia: Floresta**
 167 **Ombrófila. Estágio de Regeneração: Avançado. Apresentação: URFBio Sul. Intervenção ambiental indeferida por**
 168 **maioria, contrariando o Parecer Único, que opina pelo deferimento. Votos favoráveis ao Parecer Único: Seapa,**
 169 **Sede, Seinfra, Fiemg, Faemg e Zeladoria do Planeta. Votos contrários ao Parecer Único: CRBio, MPMG, Prefeitura**
 170 **de Varginha, Uemg, Área das Águas, Promutuca e Unifei. Abstenção: PMMG. Justificativas de abstenção e de votos**
 171 **contrários ao Parecer Único. Conselheiro Vitor Geraldo Jaques Teixeira/PMMG**: “Eu vou me abster na votação
 172 desse item. Seguindo a lógica da última reunião, tendo em vista que a localidade, antes da revisão do Plano de
 173 Manejo, se encontrava inserida no zoneamento de conservação. Então por tal motivo eu vou me abster.”
 174 Conselheiro Volmir Maida de Siqueira/CRBio: “Nosso voto é contrário, senhor presidente, devido realmente ao
 175 levantamento de dados novamente baseado em dados secundários.” Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava
 176 Brazil/MPMG: “Senhor presidente, o voto é contrário, mantendo coerência com o meu posicionamento no
 177 sentido de que a alteração do zoneamento da APA Fernão Dias não observou as particularidades do caso e
 178 tampouco seguiu as decisões do Conselho Consultivo da própria Unidade de Conservação. Adicionalmente,
 179 também nesse caso específico, adiro as ponderações do Demian com relação à declividade do terreno, porque
 180 acho precipitado nós autorizarmos a supressão de vegetação sem saber se haverá viabilidade ali da instalação da
 181 residência da forma pretendida, porque, de fato, a declividade demanda um cuidado maior na análise de projeto,
 182 e, nesse caso específico, entendo que esse dado deveria ser antecedente também à nossa deliberação.”
 183 Conselheira Joana Junqueira Carneiro/Prefeitura de Varginha: “Meu voto é contrário ao parecer, exatamente
 184 porque pensei e discuti aqui com a equipe técnica a respeito dessa mudança da zona de conservação. Nesse caso,
 185 fica muito nítido mesmo, da localização do lote como está dentro de uma área que seria interessantíssima que
 186 fosse mantida intacta o máximo possível. Outra ponderação que eu faço é ‘o que nos garante que esse não é um
 187 fragmento de floresta primária’, tanto que é classificado como secundário avançado. Ok, temos intervenções, vias
 188 próximas ao local, seria uma área que tem um início de antropização, mas é uma área muito característica de
 189 formações raras no Estado de Minas Gerais, e temos uma conexão muito interessante, grandes remanescentes
 190 de Floresta Ombrófila Densa na região. Então eu acredito que estamos permitindo, e eu me absteve em outras
 191 votações, mas não vou fazer isso mais, porque a abstenção aqui tem sido um ‘voto favorável’. A gente tem se
 192 omitido em relação a isso, sem a nossa moção ter sido considerada até hoje pelos órgãos que a receberam. Já faz
 193 muitos meses que ela foi enviada. E eu vejo que nós precisamos nos posicionar de uma maneira mais contundente,
 194 porque estamos permitindo a destruição de coisa que nem conhecemos. É um fragmento florestal que não tem
 195 nem levantamento primário detalhado de flora e nem mesmo de fauna. Então por esse motivo meu voto é
 196 contrário ao parecer.” Conselheiro Ernesto de Oliveira Canedo Junior/Uemg: “Eu vou votar contrário. Faço coro
 197 ao que a Joana disse também. Eu também nas outras reuniões estava me abstendo, e estava sempre contando
 198 como ‘voto favorável’. E o voto contrário é pela relocação da área no plano de zoneamento e também pela falta
 199 de dados primários de fauna.” Manifestação da Presidência. Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio:
 200 “Devidamente registrado e justificado. Eu só faço uma ressalva de que o voto de abstenção não é contado como

201 voto favorável, naturalmente. Ele só não é contado no âmbito daqueles que são favoráveis ou contrários. E aí,
 202 eventualmente, você deixa de se manifestar por um ou por outro.” Conselheiro Demian Mendes Lage/Área das
 203 Águas: “Eu voto contrário, mantendo coerência com a votação nossa, tendo em vista a ausência de estudos
 204 faunísticos com dados primários. Então são os dados secundários de estudos já um pouco mais antigos. Também
 205 pela mudança do Plano de Manejo, recente. Também pela questão da declividade, como contei. E também pela
 206 ausência de uma segurança de que ali não se trata de APP de morro, serra ou montanha.” Conselheira Regina
 207 Célia Fernandes Faria/Promutuca: “O voto é contrário, acompanho meus colegas conselheiros, com as restrições
 208 que já foram explanadas e também pela falta de dados primários sobre a fauna.” Conselheiro Hisaias de Souza
 209 Almeida/Unifei: “Meu voto é contrário, uma vez que já se somam muitas razões para que seja contrário. A questão
 210 da mudança do Plano de Manejo, a falta de dados primários, enfim. A gente já se manter até mesmo coerente
 211 com a nossa opinião nas votações anteriores.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DO RECURSO AO**
 212 **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. 8.1) PSI Piscicultura Ltda. Aquicultura em**
 213 **tanque-rede. Guapé/MG. Licença de Operação Corretiva. PA/SLA/Nº 2309/2022. Classe 3. Apresentação: URA**
 214 **SM.** Recurso indeferido por unanimidade, nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis ao Parecer Único: Seapa,
 215 Sede, Seinfra, PMMG, CRBio, MPMG, Prefeitura de Varginha, Fiemg, Faeng, Uemg, Área das Águas, Promutuca,
 216 Zeladoria do Planeta e Unifei. Destaque de voto favorável ao indeferimento. Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava
 217 Brazil/MPMG: “Eu acompanho o parecer, senhor presidente. Só uma observação, se permite. Na reunião passada,
 218 eu me abstive num caso semelhante, mas porque ali o que faltava era uma anuência de Furnas. Então eu entendi
 219 que essa matéria precisaria ser aprofundada. Neste caso, faltam um posicionamento do próprio Ministério de
 220 Agricultura e Pecuária e também a anuência da autoridade marítima a respeito da segurança para fins da outorga.
 221 Então por isso que eu acompanho, porque entendo que essa matéria já está bem pacificada.” **9) PROCESSO**
 222 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DO RECURSO DO AUTO DE INFRAÇÃO. 9.1) Orestes Alves de Almeida Prado.**
 223 **Desmatar floresta nativa em área comum, sem autorização ambiental; Retirar ou tornar inservível produto da**
 224 **flora nativa oriundo de desmate irregular; Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração**
 225 **natural de florestas e demais formas de vegetação; Desmatar floresta nativa em área de preservação**
 226 **permanente, sem autorização ambiental; Construir barragem sem outorga (Código 301 - A, 302 - A, 309 - A, 301**
 227 **- B e 208 - Decreto 47.383/18). Guaxupé/MG. PA/CAP/Nº 795631/24. AI/Nº 329163/2024. Apresentação: URFis**
 228 **SM.** Após apresentação e debates nesta sessão, o processo foi retirado de pauta pela Presidência para
 229 alinhamento quanto à forma de ser submetido à votação nesta URC. Presidente Frederico Augusto Massote
 230 Bonifácio: “Pessoal, nós voltamos à discussão que o Dr. Rodrigo levantou. Vocês estão fazendo um tipo de
 231 justificativa, e aqui, sem querer parecer qualquer tipo de condução de voto, que, em absoluto, essa não é a minha
 232 razão e nem a minha função, por óbvio: quem votar contrário está anulando o auto infração, está votando contra
 233 o mérito. Isso é muito grave. E aí, Elias, talvez passe por aí. Vamos lá. A votação já começou. Eu estou com uma
 234 tendência de retirar esse processo de pauta para que nós façamos algumas adequações, pessoal, com relação, de
 235 fato, à divisão dessa votação.” Elias Venâncio Chagas/URFis Sul de Minas: “Senhor presidente, de fato, não é
 236 nenhuma intenção de conduzir, mas, de fato, nós temos um parecer onde existe a confissão da ocorrência da
 237 infração, e me parece que desmembrar este parecer em uma votação seja um pouco mais salutar.” Presidente
 238 Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Vamos fazer o seguinte: como decisão, vou retirar o processo, estou
 239 retirando o processo de pauta neste momento, anulando esses dois votos que foram dados. Nós vamos pensar
 240 com maior critério, inclusive, para fazer uma votação que seja mais equânime e pelo menos mais clara, porque
 241 eu não estou confortável em tocar a votação da maneira como está. Nós discutiremos com a equipe da Assoc. Eu
 242 peço a compreensão da equipe também de defesa do autuado, espero que as advogadas entendam. E ao
 243 Conselho também peço compreensão, peço paciência. Eu acho que estamos amadurecendo aqui enquanto
 244 Conselho, enquanto Presidência. Eu não estou confortável com o ritmo da votação, como ela está sendo posta.
 245 Acho que precisamos, inclusive, no próprio parecer, esclarecer um pouco mais a conclusão daquilo que vamos ter
 246 como objeto de votação. Então por ora esse processo está retirado de pauta, ele retorna oportunamente.”
 247 Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava Brazil/MPMG: “Na eventualidade de o recurso ser provido para reduzir a
 248 sanção pecuniária, como se decide isso? Nós estabelecemos a sanção pecuniária, a equipe estabelece a sanção
 249 pecuniária?” Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “A sanção pecuniária, a meu ver, decorre de um
 250 regramento legal e muito objetivo. A meu ver, e obviamente sem querer apresentar qualquer tipo de condução
 251 de voto, se ela não for robustamente provada e, eventualmente, for reduzida, em contraposto ao dispositivo legal,
 252 vai ter que passar por um controle de legalidade, porque ela é objetiva. Eu acho que vamos precisar entender um

253 pouco mais a condução, mas, nesse sentido de redução do valor da multa, me parece que passa por um crivo
 254 meramente legal, não comporta uma subjetividade tão grande, em que pese toda a discussão que nós tivemos
 255 aqui.” Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava Brazil/MPMG: “Então, senhor presidente, a questão é complexa,
 256 porque nós temos um recurso aqui que o parecer é pela procedência parcial para decotar determinadas áreas e
 257 reclassificar o barramento. Nós aqui como conselheiros podemos votar acompanhando o parecer;
 258 hipoteticamente, contrariando o parecer para manter o auto de infração integral, rígido, sem as reduções
 259 propostas; contrariando o parecer para anular; e contrariando o parecer para reduzir, por exemplo, numa
 260 interpretação ampliativa, no sentido de que é uma pequena propriedade rural e teria direito a atenuante de 30%.
 261 Como juízes deste caso, nós temos muitas possibilidades de solução. E é algo complexo porque, a depender, nós
 262 vamos trazer uma decisão mais injusta do que justa para o caso concreto.” Presidente Frederico Augusto Massote
 263 Bonifácio: “E talvez até fora desses quatro vértices que o senhor colocou. Pode algum dos conselheiros trazer
 264 algum outro tipo de manifestação. O senhor concorda que nós temos um campo reduzido dentro da URC, de uma
 265 forma objetiva, para decidir algo que é complexo, que comporta inúmeras decisões que não só deferido ou
 266 indeferido?” Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava Brazil/MPMG: “Mas aí é um problema que se apresenta no caso
 267 concreto, e precisamos enfrentá-lo. Talvez não possamos ficar restritos ao deferido ou indeferido. Esse é um caso
 268 que evidenciou isso. Mas, por exemplo, um processo de supressão de vegetação em que o parecer é favorável
 269 para suprimir 3 ha: eu posso entender que só poderia ser suprimido 1,5 ha, e outro 1,5, não. É uma possibilidade
 270 de voto. Não vamos nos deparar com isso. Nesse caso específico da questão da multa, não estou adiantando o
 271 voto, mas eu poderia, por exemplo, entender que é caso da atenuante de pequena propriedade rural porque, se
 272 a legislação considera como pequena propriedade aquela explorada por microempresa, então por que não por
 273 uma pessoa física, ainda que não seja diretamente? Foge à interpretação literal da norma? Foge. Mas isso pode
 274 acontecer. E aí, eventualmente, se o conselheiro quiser reduzir para aplicar atenuante, como é que fica se o outro
 275 entender que não é caso dessa atenuante? São debates que, pelo que podemos perceber aqui, virão. Os
 276 fundamentos nos dois votos colhidos foram pela irrazoabilidade da multa.” Presidente Frederico Augusto Massote
 277 Bonifácio: “A diferença da regularização ambiental é que o empreendedor, eventualmente, pode reapresentar o
 278 pedido, não traria necessariamente uma coisa julgada. Agora, num auto de infração, esse auto necessariamente
 279 teria que ter uma decisão terminativa aqui. E neste momento, eu, particularmente, não estou vendo saída
 280 enquanto presidente. Por isso retirei o processo de pauta, com toda humildade. Nós vamos trabalhar, eu vou
 281 solicitar à Assoc, aos meus pares e aos demais presidentes de Unidades, Minas Gerais afora, que ajudem, e na
 282 próxima oportunidade trazermos esse processo com abas que apresentem um modo mais completo de decisão e
 283 que possam abarcar mais decisões que não só ‘deferido’ ou ‘indeferido’.” Conselheiro Rodrigo Caldeira Grava
 284 Brazil/MPMG: “Eu o cumprimento, senhor presidente, acho que é a busca pela solução mais justa,
 285 independentemente do resultado, que a votação possa representar o que foi deliberado. E acho que o senhor
 286 está tomando as cautelas necessárias nesse caso. Apesar dos meus questionamentos, eu gostaria só de externar
 287 isso. A provocação é na busca da melhoria da segurança jurídica para que possamos tomar as melhores decisões
 288 possíveis.” Presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio: “Ok. Obrigado. Está justo. Pessoal, eu vou encerrar
 289 a reunião aqui neste momento. Nós temos uma proposta de agenda de reuniões para 2025, mas eu gostaria de
 290 verificar com a equipe para podermos solicitar uma reunião extraordinária, tanto para julgar esse processo, para
 291 não prejudicar o empreendedor, tendo em vista que é a última reunião que temos no ano. Vou organizar aqui:
 292 nós vamos fazer a votação tanto desse processo quanto da nossa agenda de 2025. Peço a vocês que fiquem
 293 atentos às nossas deliberações, aos nossos comunicados, para que a gente vote a agenda e esse processo que foi
 294 retirado de pauta, o mais rápido possível. Eu vou tentar, ver se conseguimos fazer na primeira semana de
 295 dezembro.” **10) PROPOSTA DE AGENDA DAS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA SUL DE MINAS DO**
 296 **COPAM PARA O ANO DE 2025. Apresentação: URA SM.** Item retirado de pauta pela Presidência, devendo ser
 297 pautado na reunião extraordinária que deverá ser convocada para o próximo mês para análise do item 9.1,
 298 também retirado de pauta nesta sessão. **11) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **12) ENCERRAMENTO.**
 299 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Frederico Augusto Massote Bonifácio agradeceu a
 300 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

301

302

303	
304	APROVAÇÃO DA ATA
305	
306	
307	Frederico Augusto Massote Bonifácio
308	Presidente suplente da URC Sul de Minas